

QUEM TEM MEDO DA CULTURA HEBRAICA?*

Itamar Even-Zohar**

Tradução de Heleno Godoy¹

Nos últimos anos, um intenso e crescente debate tem acontecido em vários fóruns públicos em Israel – em jornais, pela televisão, em conferências e colóquios, revistas e livros – sobre a situação da identidade coletiva israelense. Esse debate pode ter interesse apenas para um pequeno grupo de pessoas em Israel, mas também parece gradualmente despertar o interesse de camadas sociais cada vez mais amplas, podendo eventualmente influenciar o *sentimento israelense*, o qual, por sua vez, poderia gerar várias consequências de alguma importância na esfera das decisões públicas e individuais. Essa circunstância com certeza justifica que lhe prestemos um pouco de atenção.

O que caracteriza grande parte desse debate é um tipo de discurso altamente crítico com o que se rotula como *política do cadinho*², supostamente posta em prática pelo Estado de Israel em seu começo. Esse conceito “do cadinho” e a ideia de que sua superação, ou uma melhor alternativa, é o *multiculturalismo*, claramente uma importação intelectual, mais do que um estado de espírito localmente desenvolvido. O *multiculturalismo* é certamente uma ideia louvável, e

*Tradução da versão revisada de “Who is Afraid of The Hebrew Culture?”. EVEN-ZOHAR, Itamar. Who is Afraid of The Hebrew Culture? In: AMIR, Aharon & OR, Amir & MAAAYAN, Guy (eds.). *Differently: Essays on Matters of Past, Present and Future*. Jerusalém: Karmel, 2010.

** Professor emérito da Unidade de Pesquisa em Cultura, Universidade de Tel Aviv. E-mail: <itamar@even-zohar.com>. sites: <http://www.tau.ac.il/~itamarez>, <http://itamar.even-zohar.com>.

¹ Professor Titular de Literatura Inglesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. E-mail: <hgodoy@brturbo.com.br>.

² Cadinho é um vaso muito resistente ao fogo, usado para a fundição de metais. O autor se refere à esperança de todas as culturas, pensamentos ou ideias e tendências se fundirem em uma só, compartilhada igualmente por todos. (Nota do Tradutor).

aqueles que o apoiam imaginam uma situação em que todas as culturas existentes num dado território nacional gozam de igualdade de direitos, de forma que nenhuma discriminação seja criada entre as pessoas que pertençam a essas várias culturas. O problema é que as coisas nunca são assim na realidade e provavelmente nunca poderão ser. O que parece ser um debate positivo sobre multiculturalismo em países como os Estados Unidos permite, de fato, que as pessoas abertamente pertençam a vários grupos étnicos. Ao mesmo tempo, entretanto, estimula os grupos mais poderosos na sociedade a continuar a impedir que os grupos mais fracos tenham acesso a todos os benefícios, reconhecendo que eles precisam se ater a suas culturas da origem.

Em Israel, os promotores desse tipo de discurso estipulam que a sociedade israelense, em particular as *velhas elites*, deve reconhecer agora todas as culturas trazidas por muitos grupos que chegaram ao país, assim reparando os pecados da política do cadinho que, como afirmam, reprimiu, humilhou e destruiu aquelas culturas. Obviamente, é difícil discutir com base em sentimentos de discriminação e repressão, especialmente se uma discriminação real e não apenas intencional tivesse, de fato, historicamente acontecido, embora, com certeza,

bem antes de 1948. Contudo, instrumentos sofisticados de inquirição não são precisos para se entender que tais sentimentos – como todas as coisas na cultura humana – não são necessariamente inatos ou espontâneos. Conquanto sempre possa haver uma justificativa para tais sentimentos, onde quer que haja desigualdade, por menor que seja, entre seres humanos, esses sentimentos não têm que se desenvolver, inevitavelmente, como “um conjunto de instruções para o comportamento diário”. E é preciso observar se eles realmente dependem de iniciativas para se criarem como conjunto, algo geralmente executado por produtores de imagem, aqueles agentes normalmente chamados de *intelectuais*, em conversa comum. Por outro lado, uma falta de interesse em criar tal conjunto não é necessariamente evidência do desaparecimento da discriminação ou repressão. Por exemplo, na França, onde desde a Revolução Francesa muita energia se gastou para se unir todos os habitantes do país em uma única cultura, não se cristalizou um discurso central da população reprimida, apesar dos sentimentos de rejeição largamente expressos em relação àquela única cultura francesa. Principalmente entre os intelectuais, a substituição da cultura não-reconhecida, em benefício daquela promovida, foi mais aceita pela maioria como

uma melhora pessoal e social, do que como uma espécie de discriminação.³ Contraditoriamente, tal posição não teria sido aceita favoravelmente em outro lugar. Por exemplo, em países como a Espanha contemporânea, onde a posição de culturas locais diferentes foi reconhecida a tal ponto que até em áreas onde não havia, visivelmente, diferentes culturas em relação à *geral castelhana*, alguma pressão começou a emergir para a criação delas, a fim de serem diferenciadas da cultura dominante (inclusive a criação de novas línguas onde nenhuma de fato existiu antes, tal como a língua *bable*, na Autonomia das Astúrias).

Em resumo, o êxito da posição pública de uma certa cultura, ou do sentimento de oposição a ela, é muitas vezes criado e, de alguma forma, mediado pelo trabalho intelectual. Um *êxito* em uma sociedade ou um *fracasso* em outra não significa, em realidade, que a unidade foi atingida no primeiro caso ou a pluralidade no segundo. Mesmo no aparentemente unificado e homogeneizado Estado da França há uma grande variedade de culturas, enquanto no Estado espanhol supracitado, com a sua divisão oficial em autonomias semi-independentes e com pelo menos três línguas diferentes do castelhano (catalão, galego e basco) que, de fato, se enraizaram, há muita unidade entre os vários grupos no que diz respeito à sua real conduta de vida. A verdade é que *a posição explicitamente formulada* de uma cultura é importante, mas não é claro até que ponto ela realmente pode promover os interesses do grupo cuja cultura goza de tal posição. Muitas vezes, *a posição explicitamente formulada* pode mais reforçar do que aliviar a discriminação real, enquanto *a falta de uma posição explicitamente formulada* pode permitir mais igualdade, bem como pluralidade real. Assim, a estratégia da distinção – inclusive a criação de entidades sociopolíticas diferentes – não produz, universal e inequivocamente, uma melhora na situação de grupos sociais fracos. Mesmo naqueles casos em que parece que grupos marginais tiveram mais sucesso em gerar intelectuais locais, que podem falar em nome da sua *cultura única*, parece que o êxito desses intelectuais é condicionado pela circunstância de eles terem sido aceitos pela cultura central. As tradições intelectuais dominantes (inclusive o trabalho acadêmico) têm sido bem sucedidas em camuflar essas relações complexas entre imagens ligadas a uma cultura e a posição social dos seres humanos ligados a ela.

³ Isto pode estar se modificando agora, entretanto, com os crescentes embates entre esta cultura promovida e a comunidade mulçumana imigrante.

Esta dinâmica não é nova, contudo, na história humana. Em contraposição à crença popular e ainda corrente em manuais, em nenhuma entidade política, da alvorada da história até hoje, houve alguma vez um grupo étnico homogêneo vivendo segundo uma cultura única. Ao contrário, sempre houve um mosaico de grupos entre os quais uma dinâmica de coexistência teve normalmente de emergir, se esses grupos quisessem sobreviver e lutar. Em todas as unidades históricas, centros de poder foram criados gradualmente, cujos proprietários usaram estratégias várias para espalhar a cultura que desejaram tornar universal, ao menos naquelas áreas da vida que foram consideradas importantes; plausivelmente, para reforçar e justificar ou, de outra maneira, permitir a existência contínua da entidade e, muitas vezes, a sua dominação dela. Esses princípios não se modificaram nos tempos modernos, nem na nossa própria era, a chamada *era da globalização*, embora, evidentemente, os modos específicos de implementá-los tenham se modificado de um lugar para outro e de um período a outro.

Especialmente intenso – ou pelo menos assim parece, por causa da abundância de materiais – tornou-se o impacto desses princípios desde o séc. XVIII, primeiro no Ocidente e depois no resto do mundo. Nestes eventos históricos, pode-se observar, de um lado, (a) um redobrado esforço pelos detentores do poder em inculcar uma cultura específica em uma população heterogênea. Para esse fim, os serviços daqueles que possuem as habilidades para produzir ou apresentar os componentes de uma tal cultura foram normalmente contratados, isto é, os intelectuais e outros grupos de especialistas. De outro lado, pode-se observar (b) um crescente número de *empreendedores culturais voluntários*, a saber, pessoas sem

poder que frequentemente pagam um alto preço pessoal por seus esforços em produzir e/ou disseminar novas opções, o volume das quais pode ser às vezes tão grande quanto *uma cultura inteira*. As atividades de agentes desse tipo (a) podem explicar como uma crescente coesão poderia ter sido criada dentro de Nações-Estado como a França (Weber, 1976). Nos eventos desse tipo (b), as novas entidades poderiam ser criadas, tais como o Estado da Itália ou as autonomias espanholas. Seja qual for o caso, é evidente que, mesmo se não aceitarmos a interpretação extrema por alguns teóricos do nacionalismo, segundo os quais as nações são imaginadas por entidades, não há dúvida de que sem o trabalho de produtores de cultura e distribuidores de cultura (*se contratados pelo poder ou empresários livres*) as nações modernas não poderiam ter nem emergido, nem existido.

O caso hebreu, ou israelita, desde os anos 1880, é completamente parte e parcela integrante desse desenvolvimento histórico. Aqui também, sem o trabalho de produtores de cultura, nunca teria se desenvolvido uma imigração de natureza completamente não-tradicional e secular de judeus para a Palestina. Sem a invenção e a disseminação de novos componentes de cultura entre aqueles imigrantes – e especialmente entre a sua descendência nativa – nunca teria emergido no país um grupo que possuísse a natureza de uma nação, isto é, uma entidade com alguma coesão. Sem esses novos componentes de cultura, até com uma improvável imigração secular moderna, os imigrantes teriam organizado a sua vida segundo os mesmos velhos padrões sempre aplicados ao longo dos séculos anteriores, isto é, como comunidades judaicas vagamente unidas e indubitavelmente carentes dos mais básicos acordos entre si, tais como um acordo sobre uma língua diária comum.

Os produtores de cultura hebraica não tinham, no início, nenhum poder para impor o seu estoque, e a esse respeito não foram diferentes da maioria dos inventores de cultura, em toda a história, que não eram detentores do poder por direito próprio. Eles não tiveram à sua disposição, nas etapas iniciais de sua atividade, nenhum instrumento organizacional que pudesse garantir a execução da cultura que tinham produzido e tentado disseminar. Ao contrário, as opções de oposição e rejeição contra essa cultura pela população visada foram bastante numerosas e foram largamente implementadas, quer em Jerusalém, onde os Ortodoxos atuaram agressivamente contra Ben Yehuda (tal como se recusando a enterrar suas crianças ou denunciando-o às autoridades turco-otomanas, assim provocando sua prisão), ou nas colônias da *Primeira Imigração*, tais como Rishon le-Ziyon, que expulsou um proeminente professor de hebraico porque ele tinha ido longe demais, de acordo com a visão deles, em suas tentativas de promover a língua hebraica. É definitivamente incorreto conceber as primeiras décadas da nova comunidade judaica na Palestina como um período de coesão de uma nova cultura. Como já afirmado, a população tinha muitas outras alternativas para a cultura hebraica recentemente inventada. Além disso, entre os próprios produtores e os empresários da nova cultura nunca houve total acordo e harmonia, ou cooperação livre de problemas. Desde o início mesmo, e do começo ao fim, a heterogeneidade foi uma opção real, até no interior da nova cultura, não só durante as suas etapas iniciais.

Obviamente, a capacidade dos produtores de cultura de criar estruturas organizadas em constante expansão (tais como sindicatos, escolas e jardins de infância, acordos, comitês ou organizações econômicas) permitiu-lhes disseminar as novas propostas mais eficientemente. De começos humildes, no período inicial e até a Primeira Guerra Mundial, emergiram depois da guerra conjuntos organizados que se tornaram mais e mais institucionalizados. As escolas em hebraico passaram de uma minoria a uma maioria, embora tenham se tornado a única opção para as populações judaicas só depois da fundação do Estado, não necessariamente por coerção estatal, mas parcialmente porque outras opções não eram mais vistas pela maioria dos pais como tão promissoras quanto costumavam ser em décadas anteriores (quando escolas em língua francesa, por exemplo, eram uma alternativa mais atraente) e parcialmente porque elas não existiam mais. Esse processo envolveu, ao mesmo tempo, a ampliação da variedade de produção de

novos componentes de cultura (desde uma nova língua até uma nova higiene) e as sempre crescentes possibilidades de disseminá-los. Sem ignorar as tentativas decisivas feitas pelos primeiros empresários, isto é, até 1905, e por aqueles novos e enérgicos empreendimentos que a nova onda de imigrantes, depois de 1905 (chamada *A Segunda Onda de Imigração*) trouxe com ela, todas as atividades tornaram-se mais intensas durante o período entre 1920 e 1948, isto é, desde que a comunidade judaica sob o Mandato Britânico foi reconhecida como uma entidade semiautônoma, de posse de instrumentos institucionais potentes.

Foi característica dessa iniciativa maciça de produção de cultura a perspicácia daqueles envolvidos nela em proporem novas opções em uma variedade enorme de esferas de vida. Essas opções tinham a ver com quase tudo na vida a que as gerações contemporâneas pudessem estar atentas, desde o tratamento do corpo, sua saúde, cultivo, manutenção e melhora, através da alimentação e de roupas, até o planejamento de espaços pessoais e coletivos. Em cada um desses domínios, gostaria de reiterar, diferentes opções competitivas foram propostas, de forma que a vida atual só adquiriu sua concreta natureza, relativamente estabelecida, depois que muita negociação foi realizada entre as propostas que apareciam e a população visada. Em qualquer uma dessas áreas – a língua hebraica, a mudança de atitudes em relação à natureza e aos animais, alimentação e roupas, economia doméstica e higiene pessoal e geral – nenhum produtor ou comerciante foi capaz de impor unilateralmente seus produtos. É verdade que se pode dizer que, eventualmente, os esforços para introduzir a língua hebraica se tornaram *uma história de sucesso*, insustentavelmente concebida hoje por muitos israelenses como um caso único na história, mas, por muitos anos, o hebraico não expulsou as línguas dos imigrantes do âmbito doméstico, nem se consolidou de acordo com



o desejo de seus iniciadores. Mesmo onde o hebraico foi aceito como a opção linguística principal, houve áreas com pouco acordo sobre alguns padrões gramaticais, lexicais e de pronúncia, até que as realidades da vida gradualmente lhe determinaram o curso. Por exemplo, décadas depois de Ben Yehuda – sem dúvida, o grande artífice da *vernacularização* do hebraico – e seus colegas terem se decidido a favor da pronúncia sefardi (de origem espanhol-portuguesa), ainda houve debates continuados (entre aqueles que afirmavam ter autoridade para determinar o comportamento linguístico da população) que tentaram legitimar o uso permanente da pronúncia asquenaze (de origem europeia); de fato, só em meados dos anos 30 a disputa finalmente terminou quando os últimos dos moicanos da pronúncia literária asquenaze, a geração mais jovem de poetas, renunciou definitivamente a ela, em favor do hebraico vernacular vivo. Desde os anos 30, o uso dessa pronúncia ficou reduzido, apenas, a uma opção viável entre a comunidade ortodoxa que, de qualquer forma, nunca aceitou a nova cultura.

A língua hebraica não foi só um molde central da atividade na criação da nova cultura, mas também um componente simbólico central dentro dela. O período relativamente longo, que foi necessário para se chegar a um acordo sobre um padrão formal no domínio da língua, caracteriza o processo da cristalização de muitos outros modelos de cultura, até daqueles que tiveram uma posição menos central e menos simbólica. Por exemplo, muitos anos foram necessários para inculcar uma relação diferente com a natureza, os animais, a jardinagem doméstica, ou para modificar a percepção do corpo em geral ou em atividades esportivas em particular, ou mudar padrões de ambiente físico humano (a casa, o quintal ou a rua).

Essas modificações foram consideradas tanto essenciais quanto necessárias pelos empreendedores culturais, a fim de atingirem seu objetivo, que era mudar a natureza da vida na Palestina para que ela fosse diferente do que era então convencionalmente considerado como a vida judia na Diáspora. É correto pensar que muitas novas opções de ação foram propostas a partir do desejo de se desvincularem daquilo que era considerado como a velha cultura. Como a maioria dos empreendedores culturais eram europeus orientais, obviamente tudo que poderia ser apresentado como totalmente divergente da cultura europeia oriental era *novo* e desejável. Por essa razão, preferiu-se até a palavra *hebraico* a *judeu* (“Um Estado Hebraico, Imigração Livre” foi a frase de propaganda vociferada em manifestações de rua por crianças que depois se tornaram soldados no exército hebraico e, provavelmente, membros da Confederação Geral dos Trabalhadores Hebraicos). A essência do hebraísmo, a língua hebraica, obrigou ao imperativo de se fazer muitas escolhas decisivas, tal como qual dos padrões de pronúncia histórica deveria ser adotado para a língua falada. Naquele debate, a pronúncia sefardi de fato era tida como *a mais correta* (embora sem qualquer base linguístico-histórica), mas seu principal apelo emanou não da pretendida crença de sua *correção*, mas por ser *não asquenaze*. Semelhantemente, a atitude romântica em relação aos árabes – os felahims e os beduínos –, pelo menos até a época do Mandato Britânico, emanou da tradição que os apresentava como lembrança dos hebreus antigos, como *um povo próximo da natureza*, dotado de importantes qualidades, tais como coragem, e uma fonte de muitas habilidades desejáveis, tais como a criação de gado e de cavalo ou o manejo de armas. É claro que imagens completamente opostas dos mesmos árabes romantizados foram também correntes ao mesmo tempo.

Todo o enorme esforço desenvolvido para erradicar a velha cultura da Diáspora Judaica e substituí-la por uma nova cultura hebraica caracterizou todo o período pré-Estado. Seria interessante perguntar até que ponto os imigrantes que chegaram à Palestina e, posteriormente, a Israel, de fato desistiram de administrar suas vidas por causa de uma cultura que era diferente de suas culturas de origem. Até que ponto, realmente, podemos afirmar que a nova cultura prevaleceu, que uma cultura *hebraica* ou *israelense* de fato substituiu a *judaica* ou da *Diáspora*?

Já durante as primeiras décadas da nova colonização judaica na Palestina, a comunidade local criou sua própria cultura, que era diferente em muitos aspectos daquela de seus parentes em outros países. Os nativos (que depois foram apelidados *cactos*)⁴ desenvolveram um repertório próprio deles já no estágio inicial da história da comunidade, como foi demonstrado por Elboim-Dror (1996). O hebraico falado, que estava ainda em sua infância até a Primeira Guerra Mundial, tornou-se uma verdadeira língua vernacular depois da ocupação britânica e de gerações de jovens – tanto nativos quanto imigrantes – usarem o hebraico na fala e na escrita como sua língua diária natural. Grandes mudanças aconteceram nos padrões de vida, tipos de profissões, a organização do dia, das casas e dos espaços públicos, a atitude em relação a animais urbanos e rurais, a qualidade da comida (especialmente verduras e frutos), os hábitos alimentares, a roupa, ou o cuidado com o corpo. As pessoas que vieram para a Palestina, saindo de qualquer outra comunidade judaica, possivelmente em um momento já próximo ao fim do séc. XIX, mas, com certeza, desde os anos 30, não se sentiram à vontade com a nova sociedade. Indubitavelmente, muitos sentiram uma completa alienação, como a velha vendedora de maçã, no início dos anos 50, que – na coleção de anedotas reunidas por Salcia Landmann (1962) – dirige-se aos transeuntes numa rua de Tel Aviv em hebraico estropiado e, quando perguntada por um falante iídiche que estava por perto “Vovó, para que torcer sua língua, fale judaico comum [iídiche]”, responde ela: “Que podemos fazer, tio? Estamos afinal no exílio!”.

Por outro lado, nem todos os imigrantes vieram de uma cultura judaica explícita ou real. Muitos já haviam perdido a maior parte das características da *vida judaica* e, por isso, muitas vezes podiam se adaptar sem problemas à nova cultura. Como afirmado por Boas Evron:

⁴ Primeiramente, foi usado o nome árabe para a planta do cacto – *Sabra/Sabre* (e *Sabras/ Sabres*, no plural) – e, depois, o nome hebraico *Tsabbar* (*Tsabbarim*, no plural) gradualmente o substituiu, até que ele desaparecesse completamente.

Muitas das figuras da *Segunda Onda de Imigração* [1905-1914] já chegaram imbuídas da *cultura da Terra de Israel*, o que significava que eles já haviam passado por uma transformação ainda na Rússia. A significação mais básica dessa transformação foi o desfazer do vínculo psicológico e cultural com a comunidade judaica de casta e a adoção de autoconsciência territorial, até não-judaica, quer na forma de *assimilação*, quer na forma de autopercepção nacional não-religiosa e transição para a autoidentificação territorial. Desta maneira, também parte da *assimilada* juventude alemã-judaica, que estava bem afastada de qualquer familiaridade com o judaísmo e que se sentia, antes e acima de tudo, em todos os aspectos, nacional alemã, transformou-se nos melhores lutadores pioneiros da Terra de Israel, após sua imigração para a Palestina. Eles fizeram isso através da simples transferência de sua prévia identificação com a nação e solo alemães para a identificação com a nação e solo da Terra de Israel, sem quaisquer *valores espirituais judaicos* (Evron 2002, p. 217; tradução minha).

Qualquer que tenha sido a origem e experiência deles, em 1947, depois da decisão das Nações Unidas sobre a partilha da Palestina, enquanto centenas, senão milhares de jovens fugiam, muitos outros, dentre estes imigrantes, foram voluntários nas forças de luta, porque uma solidariedade coletiva de uma sociedade nacional moderna já havia sido criada. Fora fundada sobre padrões culturais historicamente novos, mas que já haviam se tornado *naturais* e suficientemente fortes para criarem um sentimento de identidade comum, diferente e distinta da *identidade judaica* tal como conhecida na Diáspora.

Esta nova cultura, estas profundas modificações na vida do povo, proveio em parte do trabalho de empreendedores culturais. Por utopia e por sonhos, componentes imaginados tornaram-se padrões reais de ação na vida, embora quase nunca totalmente como imaginados. Ao mesmo tempo, contudo, vários outros componentes falharam, isto é, foram rejeitados pelo povo. O calendário hebraico que foi proposto por Ben Yehuda e seu grupo, calculando a partir do ano da destruição do Segundo Templo (70 DC), nunca conseguiu mais êxito do que seu predecessor da Revolução Francesa. A troca de sobrenomes, sobretudo os da Europa Oriental e Central, só em parte foi bem sucedida. E esses são só alguns exemplos a partir de um grande número de sucessos parciais e fracassos parciais. Afinal de contas, o povo tinha mais opções do que remodelar suas vidas através de ingredientes culturais inventados. Uma opção foi insistir na preserva-

ção da velha cultura, o que significou rejeitar a nova de forma passiva. Outra foi se opor, de modo ativo, à cultura inventada. Uma terceira opção foi trafegar pelas várias alternativas, criando-se, então, um repertório a meio caminho, uma combinação de várias fontes. Essa aceitação parcial vinculava uma rejeição parcial e soluções locais que surgiam da negociação social diária. As realidades da vida, basicamente não diferentes em qualquer outro lugar no mundo, sempre foram heterogêneas. Isso denota o movimento de seres humanos de um lugar para outro, o que faz com que o bloqueio de posições divergentes seja quase impossível. Por isso, nem durante o período pré-Estado, nem no estatal, faz qualquer sentido falar da dominância exclusiva da nova cultura hebraica para a população inteira.

Em outras palavras, a invenção de uma cultura, mesmo se ajudada por uma entidade institucionalizada, tal como um Estado, não pode obrigar o povo a aceitar cada novo item, mesmo quando o povo pode ser pressionado a fingir que assim o faz. Naturalmente, um indivíduo que caia em certa armadilha, da qual sente que não há possibilidade de fuga, não sente isto. Contudo, na disposição da população em geral – seja imigrante ou natural – tem existido mais do que um só repertório de cultura. Isso aconteceu não porque diferentes *conjuntos de cultura* tenham sido oferecidos por diferentes e, algumas vezes opostos, empreendedores, mas simplesmente por causa do fato de que, lado a lado com numerosos componentes da cultura que gozaram de completa atenção, com muitas tentativas de substituição deles por outros, existiram ao menos inúmeros outros ingredientes dos quais não se tinha absolutamente nenhuma consciência e possivelmente nenhuma substituição possível. Um exemplo trivial para isto seria a entonação da fala. Apesar de toda

a preocupação, às vezes obsessiva, com assuntos de pronúncia, os novos falantes do hebraico não eram de modo nenhum capazes de entender quão profundamente eles estavam implantando a entonação de fala a partir de suas línguas prévias, principalmente o russo e o iídiche. Por essa razão, a entonação nunca se tornou matéria de planejamento, controvérsia ou distinção, do mesmo modo que outros ingredientes da língua se tornaram. Um exemplo mais complexo do que a entonação seria o dissimulado conjunto de instruções utilizado na gestão de relações inter-humanas face a face, em resumo: a interação humana. Isso nunca foi tratado pelos empreendedores culturais, salvo para várias formas de cortesia, tais como as novas formas para *obrigado* e o que é o equivalente para o francês *Je vous en prie* (*por favor*). Do mesmo modo, atitudes e práticas quanto a achar um parceiro ou parceira, criar filhos e família, assuntos de nascimento e morte; tudo isso permaneceu, em grande escala, apesar de todas as novas iniciativas quanto à higiene, saúde, *alimentação saudável*, ar puro, lavar-se em casa e tomar banho no mar, uma perpetuação das velhas culturas. Esta é a razão pela qual se tornou tão habitual que houvesse grandes diferenças, numa mesma casa, numa mesma rua ou numa mesma vizinhança, entre pessoas que não podiam concordar com a cultura dos vizinhos, mas, por outro lado, que não podiam oferecer nenhuma inovação alternativa.

A convicção de que é possível e até desejável modificar a cultura dos seres humanos por meio de ações deliberadas e em larga variedade de assuntos tem gradualmente enfraquecido, ao contrário do que se poderia acreditar, depois da fundação do Estado do Israel, isto é, precisamente naquele período quando popularmente se acreditava que o rolo compressor do *cadinho de fundição* era mais potente. Por volta de meados dos anos

50, já havia uma sensação da fadiga em relação a muitas iniciativas de cultura hebraica, em parte, provavelmente, porque as pessoas começaram a acreditar que agora que a situação de Estado fora atingida, não havia mais a necessidade de empreendimentos deliberados e que a nova cultura ganharia *naturalmente* terreno através de interação entre veteranos e novos israelenses. Empreendimentos deliberados, especialmente no sistema educacional, para inculcar a *cultura hebraica* desapareceram gradualmente. Assim, em contraposição ao Estado francês, que nunca se cansa de impor vigorosamente a estrutura francesa secular e de assegurar a posição da língua francesa – pedra angular daquela cultura – através da legislação e de métodos legais de coerção, o Estado hebraico renunciou a tais práticas, deixando que os novos imigrantes lutassem por si mesmos no tocante à competição sobre recursos, muitas vezes em posições de inferioridade. Em outras palavras, a política de renúncia à integração e ao *cadinho de fundição*, em vez de conseguir a adesão, é possivelmente a fonte dos grandes abismos sociais no Israel contemporâneo. Obviamente, do ponto de vista dos novos imigrantes, que não tinham nenhuma compreensão das distinções culturais que prevaleceram no país, não houve muita diferença entre a estrangeira e incompreensível *cultura hebraica* e a *cultura dos europeus*, isto é, o grupo social que ocupava a maioria das posições de poder na sociedade e no Estado em 1948, uma sociedade e um Estado em cuja gestão permaneceram muitos componentes que esse grupo perseverava de suas culturas de origem. Esse equívoco domina até hoje o espaço das imagens populares, nas quais a cultura da comunidade judaica durante os tempos do Mandato Britânico é apresentada como europeia oriental, enquanto, quando menos, muitos componentes da cultura alterna-

tiva eram completamente opostos às culturas trazidas pelos imigrantes de qualquer parte da Europa.

Os imigrantes para a Palestina do Mandato Britânico, ou depois, para o Estado de Israel, em nenhum sentido foram diferentes de seja qual for o imigrante de qualquer outro lugar. Cada imigrante sempre enfrenta a escolha entre conservar a sua cultura original e adotar a cultura do grupo com o qual passou a viver. O sucesso de um imigrante na realização de seus desejos depende não só das circunstâncias acidentais de vida, mas também da cultura particular do imigrante e de suas habilidades pessoais. Parece, contudo, que os imigrantes judeus se consideraram diferentes de qualquer imigrante regular ao redor do mundo. Eles não se consideraram estrangeiros que deviam se tornar parte de um país anfitrião e que deviam se esforçar para conseguir isso. Como eles se consideraram, de partida, iguais à população veterana, sendo *por direito natural*, de certo modo, membros do mesmo grupo, do mesmo povo, eles não consideraram aqueles que os precederam e que fundaram o lugar como os proprietários de direitos que precederam os seus.

A dinâmica da vida levou a cultura dos israelenses em várias direções, fazendo com que a nova e inventada cultura hebraica fosse somente um componente único em um mosaico de ingredientes que se originam de várias fontes diferentes, heterogêneas, não-unificadas e incompatíveis. Os primeiros empreendedores de cultura hebraica, se ainda estivessem vivos, provavelmente teriam considerado isso um fracasso. Mas não se pode ignorar o fato de que quanto mais pesquisa é feita mais se torna evidente que os pontos comuns entre israelenses estão se tornando realmente mais amplos, a despeito de francas posições setoriais. A administração da vida israelense, da

casa israelense, os modelos de interação entre povos, e uma longa série de preferências que os israelenses têm em comum, em contradição com os membros de outras culturas, estão, todas elas, gradualmente crescendo lado a lado com a preservação daquela heterogeneidade que, de qualquer forma, existiu em todos os tempos, até na era de ouro do *cadinho de fundição*. Por isso, aqueles que têm medo da cultura hebraica – talvez com a exceção da ortodoxa, embora até os ortodoxos tenham adotado muita coisa da nova cultura (tal como falar hebraico, de certo modo) – não estão realmente interessados em pô-la de lado ou substituí-la por componentes das mais velhas – agora perdidas – culturas. A crítica contra a invenção da cultura hebraica, e contra o *hebraísmo* versus *judaísmo* (mais frequentemente agora substituída por *judaísmo* versus *israelismo*), quando ela não emana só de sensações de raiva e hostilidade, certamente se origina da legítima necessidade de pessoas que já tornaram própria esta cultura mista para exigir que ela se abra a ingredientes que eles acreditam terem sido indevidamente ignorados.

Paradoxalmente, parece que hoje tanto o Sionismo institucionalizado quanto seus críticos concordam basicamente, embora haja avaliações opostas a respeito, sobre o que aconteceu. Em seus respectivos pontos de vista, a população de imigrantes estava disposta – ou, de outra forma, compelida – a adotar uma nova cultura e desistir – ou de qualquer modo, perder – a sua velha cultura. Aos olhos dos que apoiavam essa cultura nova, uma nova nação próspera, com um caráter distintivo, emergiu, enquanto aos olhos dos desafiadores, uma cultura estrangeira sintética tem sido imposta aos imigrantes (e a sua descendência), a qual os separou de suas boas e velhas raízes bem sucedidas. Parece, e mesmo que o

material de pesquisa disponível na atualidade deixe ainda muito a desejar, que ambas as posições estão certas e erradas ao mesmo tempo. Está na hora de uma sóbria observação, reconhecendo a complexidade da criação da nova cultura hebraica e os versáteis caminhos de seu desenvolvimento através de seus contatos e de seus embates com outras culturas que foram, e ainda são, diferentes ou opostas a ela.

Referências

ELBOIM-DROR. “Está chegando, de dentro de nós vem, o novo hebraico”: Sobre a cultura jovem das primeiras ondas de imigração. *Alpayim*, 21, p. 104-35, 1996. (Em hebraico).

EVEN-ZOHAR, Itamar. O surgimento de uma cultura nativa hebraica na Palestina, 1882-1948. *Poetics Today*, 11 (1, Primavera), p. 175-91. Também In: *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, Universidade de São Paulo, n. 1, p. 13-32, 1998.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Planejando cultura e resistência cultural. *Sun Yat-Sen Journal of Humanities*, 14 (abr. 2002), p. 45-52, 2002. (Em inglês).

EVEN-ZOHAR, Itamar. Quem tem medo da cultura hebraica? In: AMIR, Aharon & OR, Amir & MAAYAN, Guy (eds.) *Diferentemente: Ensaios sobre assuntos do passado, presente e futuro*. Jerusalém: Karmel, 2002. p. 38-50. (Em hebraico).

EVEN-ZOHAR, Itamar. Quem tem medo da cultura hebraica? In: EVEN-ZOHAR, Itamar. *Ensaios de pesquisa em cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, Unidade de Pesquisa em Cultura, 2005. (Em inglês).

EVRON, Boas. *A conta nacional*. Tel Aviv: Dvir, 2002. (Em hebraico).

WEBER, Eugen Joseph. *De camponeses a franceses: A modernização da França rural, 1870-1914*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1976.

I Conferência Brasileira
de
Imigração e Colonização

Realizada em Goiânia, de 30 de Abril
a 7 de Maio de 1949

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
(Presidência)